



GT 022. Antropologia, Estado e mobilização indígena

Kelly Emanuely de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Coordenador/a, Hosana Celi Oliveira e Santos (Universidade Federal de Pernambuco) - Debatedor/a

O grupo de trabalho se propõe a estudar as possibilidades de ação de povos e organizações indígenas na atualidade, frente à garantia de direitos étnicos na esfera nacional e internacional. Propomos discutir as estratégias que os grupos indígenas vêm executando para se posicionarem politicamente frente aos sucessivos ataques pela via do poder público, seja na proposição de Leis contra direitos étnicos, na inoperância frente a sucessivas violências impetradas contra os povos indígenas ou pela criminalização de lideranças políticas. Por outro lado, tencionamos aprofundar o próprio fazer antropológico como via de ação política em defesa dos direitos étnicos.

Repressão estatal democrática contra povos indígenas brasileiros e colombianos

Autoria: Elizabeth del Socorro Ruano Ibarra

O work analisa, em perspectiva histórica e comparada, os repertórios de repressão estatal contra os povos indígenas. A noção de repertório refere rotinas aprendidas, compartilhadas e encenadas mediante processos de escolha relativamente deliberados. A teoria política clássica, defende que a democracia diminui a repressão estatal e, conseqüentemente gera condições suficientes para o respeito efetivo de direitos. Porém, estudos recentes revelaram que a repressão democrática observada em países de América Latina supera a média de regimes autocráticos. Os clássicos sobre a repressão estatal priorizaram a integridade física, nessa trilha, as desapareções, torturas e homicídios extrajudiciais emergiram como indicadores desse fenômeno. Embora essa literatura seja escassa e pouco sistematizada revela sua gravidade perante o reposicionamento governamental de cunho conservador. Complementarmente, os direitos humanos exigem reflexão sobre as múltiplas formas de violência estatal democrática e sua persistência, principalmente, contra povos marginalizados e subalternizados. A partir de revisão bibliográfica e documental objetiva-se explorar dito fenômeno nas suas interfaces com as mobilizações pela afirmação de direitos. Como pressupostos analíticos se defende que essa repressão corrobora conflitos históricos que limitam o exercício democrático e que a violência estatal, na sua multiplicidade de expressões, opera eficazmente na contenção da mobilização social. Entre os resultados da pesquisa se destacam formas padronizadas e semelhante de intimidação estatal na Colômbia e no Brasil. A repressão acionada por instituições policiais - SMAD, na Colômbia, e Força Nacional, no Brasil cuja mística de violência física é amplamente conhecida - revela-se em seu caráter padronizado e não sempre limitada aos procedimentos administrativos e judiciais legitimados enquanto dispositivos ao serviço da segurança cidadã. A análise na perspectiva da padronização contribui para desnaturalizar práticas repressivas como o fato de que tais ações sejam iniciadas na madrugada porque nesse horário as pessoas estão menos sujeitas a esboçar reação?. Há que se questionar também o uso e abuso de gás lacrimogênio e balas de borracha, ordens de prisão e/ou detenção principalmente das lideranças, exposição pública das lideranças judicializadas, apreensão e/ou destruição de pertences e destruição dos símbolos dos protestos como bandeiras, faixas, acampamentos, barricadas e bloqueios de estradas ou ruas. A análise dessas práticas torna-se prioritária para a compreensão da democracia nos países do continente no sentido de indagar sobre o caráter extra institucional e para-jurídico dessas práticas que parecem voltadas para grupos sociais específicos.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

